

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Estado de S. Paulo

[Título: » Mil utilidades](#)6

Valor Econômico

[Título: Liminares voltam a barrar leilão das distribuidoras da Eletrobrás](#) 10

[Título: Gigantes mostram suas armas para a campanha presidencial](#) 13

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Os rumos da Petrobras2

Título: Manobra facilita indicação de parente a estatal4

Título: BNDES suspende leilão de distribuidoras5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo6

Título: » Mil utilidades.6

Título: Presença.....6

Título: Decisão judicial leva BNDES a suspender leilão de distribuidoras.....6

Título: Vale se vê no meio de briga entre Estados8

VEÍCULO: Correio Braziliense9

Título: Suspenso leilão de distribuidoras da Eletrobrás.....9

VEÍCULO: Valor Econômico 10

Título: Liminares voltam a barrar leilão das distribuidoras da Eletrobrás 10

Título: Governo de Alagoas está aberto a negociar com a União..... 11

Título: Gigantes mostram suas armas para a campanha presidencial	13
Título: Precificação de carbono, a oportunidade à porta	15
Título: Ivan Monteiro busca equilíbrio entre papel social e econômico da Petrobras.....	17
Título: Destaques.....	22
Título: Sindicatos planejam greve na Eletrobrás na terça-feira.....	23
Título: Disputa EUA-China cria incerteza para metais	24
Título: Chinesa Sanxing assume a Nansen.....	25
Título: Usinas de cana empregam menos, porém pagam mais.....	27
Título: Cemig capta US\$ 500 milhões com reabertura de bônus	28

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Os rumos da Petrobras

A Petrobras tem desafios de longo prazo, em um mundo em transição para novas energias, e problemas de curtíssimo prazo para enfrentar: o do aumento da incerteza jurídica no país. O presidente da estatal, Ivan Monteiro, acaba de voltar de Londres e Paris, de conversas com empresas de petróleo. Ouviu que há muito interesse no Brasil, mas muitas dúvidas. Uma delas é sobre o que acontecerá com os preços.

Outro problema é o da suspensão da venda de ativos, que interrompeu o programa de desinvestimento que pretendia atingir US\$ 21 bilhões até o fim deste ano para a redução da dívida. — A Petrobras tem a maior dívida corporativa do mundo, apesar de toda a redução que já ocorreu. E tem uma parcela de pagamento de juros anual muito expressiva que chega a US\$ 7,5 bilhões. Isso equivale a todo um sistema de produção do pré-sal.

A Petrobras deixa de fazer um sistema de produção no pré-sal para honrar o pagamento de juros da dívida. Isso é insustentável a médio e longo prazo — afirmou Ivan Monteiro, em entrevista no meu programa na Globonews. Ivan Monteiro assumiu no meio da crise do preço do diesel, na greve do transporte de carga, quando Pedro Parente se demitiu durante as grandes críticas à fórmula de reajuste dos preços dos combustíveis. Monteiro disse que a Petrobras aderiu às regras do subsídio, que prevê a redução do preço, mas

ainda não recebeu ressarcimento: — A expectativa é que a empresa seja ressarcida, não só ela, mas todas as empresas que aderiram.

A importação de diesel caiu desde a crise, porque empresas privadas deixaram de importar o produto. A Petrobras vai aumentar a sua capacidade de produção nas refinarias, porque estava com redução da utilização da capacidade, pela competição com o produto importado. — Viemos de uma experiência do passado que foi muito ruim para a companhia, quando houve intervenção na liberdade que a Petrobras tem de fixar preços.

O projeto de recuperação da saúde financeira da empresa tem quatro pilares, um deles é o da política de preços. A liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowsky, que paralisou a venda de ativos da empresa, levou a uma espécie de audiência pública sobre o tema, e Monteiro disse que a empresa vai participar para mostrar a importância das vendas programadas. — Um dos projetos era a venda das refinarias, que são dois clusters, cada um com duas refinarias, onde a Petrobras se tornaria minoritária, vendendo 60%. Isso é muito importante porque nós queremos aumentar a competição no refino.

A produção aqui no Brasil tem a competição do produto importado, mas com a venda do controle dessas refinarias efetivamente se iniciaria o processo de quebra do monopólio da produção — explicou. Nem todos os processos de venda foram paralisados, apenas os que envolvem a transferência de controle. No caso da Braskem, a Petrobras está negociando com a empresa holandesa LyondellBasell a venda da sua participação e do prêmio de controle. Ivan Monteiro disse que a empresa está analisando as duas possibilidades, ou vender as suas ações ou ficar na empresa se tornando sócia de um player global na área.

A Petrobras vai recorrer da ação trabalhista de R\$ 17 bilhões que perdeu no TST, assim que for publicado o acórdão. Monteiro disse que tomará todas as medidas para defender a empresa. Admite que este é um dos problemas que elevaram a insegurança jurídica da empresa, que se transforma em taxas de juros maiores cobradas das empresas pelos financiadores. As empresas de petróleo já estão mirando o mundo das novas energias, quando fazem seu planejamento estratégico.

A Petrobras fará um agora no fim do ano. Segundo Ivan Monteiro, haverá investimentos em energia solar e eólica, tanto em terra quanto no mar, aproveitando a estrutura das plataformas. Mas ele acredita que o pré-sal é tão competitivo que outros centros de produção serão abandonados antes do nosso nessa redução do uso do petróleo no futuro.

Além disso, o Brasil tem muito gás associado a petróleo no pré-sal, que será usado como energia de transição. Mas a Petrobras quer trabalhar junto com a norueguesa Equinor, ex-Statoil, para a produção de energia renovável em alto mar.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca

Título: Manobra facilita indicação de parente a estatal

Emenda em projeto na Câmara desfigura regras da lei e permite nomeação de políticos

BRASÍLIA- Em votação simbólica, na última quarta-feira, os deputados da comissão especial encarregada de discutir o projeto de lei que prevê a profissionalização das agências reguladoras fizeram uma manobra e incluíram, no texto, uma emenda que permite a indicação de políticos e familiares para assumirem cargos nas estatais, o que é vedado pela legislação que entrou em vigor há dois anos. A comissão é de caráter terminativo e, se não houver recurso, a ser encaminhado pela base do governo ao plenário da Casa, o texto seguirá direto para o Senado, de onde saiu o projeto.

Um destaque apresentado pelo PR fez com que fossem retirados da Lei de Responsabilidade das Estatais os trechos que proíbem que seja nomeada “pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral”. A medida acaba com a proibição de nomeação de parentes de até terceiro grau de políticos.

O relator do projeto, Danilo Forte (PSDB-CE), era contrário à emenda. Em seu parecer, ele prevê mandatos de cinco anos para os membros dos conselhos diretores das agências, sem a possibilidade de recondução no cargo. — Fui vencido na votação do destaque. Isso é um atraso. Há um vício de origem, o projeto das agências reguladoras não pode alterar a Lei das Estatais — disse o deputado, que espera que a situação seja revertida.

Procurado, o Ministério do Planejamento destacou a importância da Lei das Estatais e lembrou que recursos ou instrumentos para derrubar emendas cabem aos parlamentares “que participam da discussão democrática no âmbito do Congresso”.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: BNDES suspende leilão de distribuidoras**

Associação dos Empregados da Eletrobrás obtém liminar que exige aval prévio do Congresso para privatização

O BNDES suspendeu o leilão das distribuidoras da Eletrobrás ontem, após a Justiça Federal conceder liminar à Associação dos Empregados da Eletrobrás, que questionava a licitação das seis empresas. O leilão estava marcado para 26 de julho. A associação alega que a concessão das distribuidoras precisa de autorização prévia do Congresso e cita a decisão, do fim de junho, do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que proibiu o governo de privatizar estatais sem aval legislativo.

Na ação ajuizada pela associação, é dito que o objetivo do pedido de liminar é “preservar o patrimônio da Eletrobrás em razão da transferência iminente do controle acionário de seis distribuidoras para a iniciativa privada por meio de proposta de assunção de dívidas sem contrapartida justa, plena e líquida, de acordo com o projeto de desestatização”. As distribuidoras atuam nos estados de Acre, Alagoas, Piauí, Rondônia, Roraima e Amazonas.

Nos autos do processo, o BNDES afirma que, quando incorporadas pela Eletrobrás no passado, já havia previsão de privatizar essas empresas, mas isso nunca aconteceu, ora pela falta de interessados, ora pela pendência de reestruturação societária e que “não há necessidade de lei específica para autorizar a desestatização de sociedades de economia mista subsidiárias”. A juíza Maria do Carmo Freitas Ribeiro, da 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no entanto, entendeu que é necessária a aprovação de parlamentares.

“Entendo que, não havendo autorização legislativa para a transferência do controle acionário das ações das distribuidoras, e, configurado o perigo na demora da prestação jurisdicional, a medida deve ser deferida”, disse na decisão. O BNDES disse que “os órgãos competentes estão avaliando os recursos legalmente cabíveis”. AGU e BNDES devem recorrer.

Na última terça-feira, o Congresso aprovou projeto de lei para destravar a venda das distribuidoras. Juntas, elas têm dívidas de R\$ 35 bilhões. O governo já decidiu que, se não foram licitadas até 31 de dezembro, serão liquidadas, ao custo de R\$ 25 bilhões para a Eletrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: Naira Trindade (Editora Interina)****Título: » Mil utilidades.**

Coluna do Estadão

O MDB escolheu o marqueteiro Elsinho Mouco para produzir a convenção do partido, que pode ou não consolidar a campanha de Henrique Meirelles à Presidência. A indicação de Mouco atende a pedido do **ministro Moreira Franco (Minas e Energia).**

COM JULIANA BRAGA. COLABOROU ROBERTO GODOY

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: Sonia Racy****Título: Presença**

Direto da fonte

A mulher de Henrique Meirelles, Eva Missine, entrou firme na pré-campanha presidencial. Já esteve em Belém, Chapecó no fim de semana e, ontem, em Natal. Empurra, puxa

Mesmo com a redução da exigência de conteúdo local, é grande o número de petroleiras que entrou com pedido na ANP buscando diminuir o índice de nacionalização – herança da era petista. O Consórcio de Libra e Equinor (ex-Statoil) pedem ajustes que abrangem um total de 28 contratos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth Adriana Fernandes / BRASÍLIA****Título: Decisão judicial leva BNDES a suspender leilão de distribuidoras**

Com a liminar dada pela Justiça Federal do Rio, ontem, BNDES cancelou licitação marcada para o dia 26; AGU vai recorrer

Marcado para o dia 26 de julho, o leilão das distribuidoras da Eletrobrás foi suspenso após a Justiça Federal do Rio de Janeiro atender a um pedido dos empregados da estatal. A decisão citou liminar concedida pelo ministro do

Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, que proibiu a privatização de empresas públicas, sociedades de economia mista, subsidiárias e controladas sem aval do Congresso. A Advocacia-Geral da União (AGU) vai recorrer.

Mas, por prudência, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) decidiu adiar o leilão e não marcou nova data. A liminar foi dada em uma ação civil pública ajuizada pela Associação dos Empregados da Eletrobrás. No despacho, a juíza Maria do Carmo Freitas Ribeiro citou que a decisão se justificava pela proximidade da licitação, particularmente da data em que as empresas deveriam entregar a documentação necessária para participar da disputa, uma semana antes da licitação, no dia 19 de julho.

"Entendo que, não havendo autorização legislativa para a transferência do controle acionário das ações das distribuidoras abrangidas pelo Edital n.º 2/2018-PPI/PND, e configurado o perigo na demora da prestação jurisdicional, a medida deve ser deferida", afirmou. Com a decisão, o BNDES suspendeu o edital do leilão e não marcou nova data para a licitação. "Os órgãos competentes estão avaliando os recursos cabíveis contra a mencionada decisão, e, tão logo haja a autorização legal para continuidade do processo, será divulgado novo cronograma", informou a Comissão Especial de Licitação.

Liminares. Com a proximidade do leilão, o governo já esperava enfrentar uma batalha de liminares na Justiça, principalmente de trabalhadores. Mas a liminar de Lewandowski, concedida no mês passado, contribuiu para atrapalhar o processo, já naturalmente conturbado, ainda que haja cinco leis diferentes que autorizam a venda dessas distribuidoras. Outro problema que poderia afastar investidores era o projeto de lei que resolvia pendências das distribuidoras da Eletrobrás, que foi aprovado pela Câmara na terça-feira, mas não pelo Senado.

Na quarta-feira, último dia de votações antes do recesso parlamentar, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), não pautou o projeto, fundamental para viabilizar a venda das distribuidoras do Amazonas e de Roraima. Uma liminar concedida por Lewandowski já havia excluído a Ceal do leilão por uma disputa financeira entre o governo de Alagoas e a União. Em entrevista ao Estadão/ Broadcast, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, reconheceu essas dificuldades e admitiu que o governo trabalhava com a possibilidade de leiloar apenas três distribuidoras no dia 26 de julho – as que atuam no Acre, Rondônia e Piauí.

Para evitar risco jurídico, a ideia era realizar uma segunda etapa do leilão no segundo semestre, após a aprovação do projeto de lei no Senado em agosto e a derrubada da liminar do STF, com as distribuidoras do Amazonas, Roraima e Alagoas. Apesar dos apelos do governo, Eunício ignorou o pedido e se recusou a

pautar os projetos de lei das distribuidoras e da cessão onerosa. /
COLABORARAM DENISE LUNA, JULIA LINDNER E TANIA MONTEIRO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renata Batista / RIO

Título: Vale se vê no meio de briga entre Estados

Governo exige trecho em MT, mas empresa tinha acordos para investir no PA e no ES

A mineradora Vale está se mobilizando para evitar que uma discussão antiga do agronegócio atrase um dos projetos de maior interesse para a companhia: a renovação antecipada da concessão de suas estradas de ferro. Para conseguir a renovação, a empresa se comprometeu a fazer duas obras, no Centro-Oeste e no Sudeste. No entanto, a Vale já havia se comprometido com investimentos no Espírito Santo e no Pará – e a notícia de que os investimentos bilionários irão para outros Estados despertou a ira dos dois governadores, politizando o pleito da mineradora. Ao negociar a renovação antecipada, a Vale aceitou a exigência do governo de federal de construir a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), entre Campinorte (GO) e Água Boa (MT), ao custo de R\$ 4 bilhões e entregá-la à União, que licitará o operador.

A empresa aceitou a proposta, apesar de esse investimento estar ligado ao escoamento da safra de grãos do Centro-Oeste, e não afetar positivamente o dia a dia de suas operações. Para especialistas, essa não foi a melhor opção. Para não travar o processo e a empresa não correr risco de ter de negociar com o próximo governo, eles defendem o pagamento em dinheiro da nova outorga. "Isso pode virar um inferno se não agirem logo. Conheço bem essa história, pois já fui personagem nela", diz o ex-diretor da Vale José Carlos Martins, para quem as demandas de Pará e Espírito Santo precisam ser analisadas. A empresa não comenta o assunto, mas a avaliação interna é de que a contrapartida exigida é válida para minimizar o risco de deixar a discussão para o ano que vem.

Além do investimento no Centro-Oeste, a VLI, empresa de logística da qual a Vale tem 30%, deve investir mais R\$ 1 bilhão para construir um trecho da estrada de ferro que ligaria os portos do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. O esforço é para contornar a oposição dos governadores do Espírito Santo e do Pará, que deram contornos de briga federativa ao acordo que era costurado. "Tinha tudo para ser perfeito, nem o TCU (Tribunal de Contas da União) iria questionar. Agora, o maior risco é travar um pacote de investimentos de R\$ 25 bilhões", diz o coordenador do Núcleo de Logística da Fundação Dom Cabral,

Paulo Resende. Ele se refere à negociação conduzida pela Vale e por outras três operadoras ferroviárias: VLI, Rumo e MRS. Polêmica.

Segundo Resende, a necessidade de interligar, por ferrovias, a produção de grãos do Centro-Oeste aos portos é óbvia. A politização ocorreu na escolha das saídas da ferrovia por Itaqui (MA) e Santos (SP). Como o projeto ainda terá de passar por audiências públicas, as críticas dos governos do Espírito Santo e do Pará podem interromper o processo. O Pará defende a priorização de um arco ferroviário na região Norte, que integre ferrovias, hidrovias e portos e viabilize a saída dos grãos por vários portos da região. Já o Espírito Santo quer a alocação dos recursos das novas outorgas para a ferrovia Espírito Santo–Rio.

O projeto integraria os portos dos dois Estados e beneficiaria o polo de mineração e siderurgia, que hoje é obrigado a utilizar passar por São Paulo e Minas Gerais com suas cargas, o que aumenta os custos logísticos. Martins também acha que seria melhor pagar a contrapartida em dinheiro e deixar que o governo investisse onde quisesse. "A questão é que, pagando com ferrovia no Mato Grosso, que não tem nada da Vale, a empresa criou uma "dívida" com outros Estados, onde tem operações", diz. De acordo com o economista Armando Castelar, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o atual momento político do País justifica a tentativa de transferir a responsabilidade de construção para um agente privado.

Ele frisa que precisa estar "tudo amarrado" e chama atenção para as vantagens da mudança contratual, além dos investimentos. "Estamos diante da oportunidade de fazer uma mudança importante, que vem sendo discutida desde 2013", afirma. Ele lembra que a mudança contratual inclui a possibilidade de devolução de trechos, maior abertura a novos usuários e descontos caso os investimentos não sejam realizados. Para ele, os governadores de Pará e Espírito Santo estão usando os argumentos errados.

"Os governadores estão preocupados com seus Estados, e o governo federal, com o Brasil. Eles estão querendo ser compensados por uma coisa boa, que é já ter ferrovias. Justiça federativa é investir em quem não tem ferrovia ainda", completa. Em nota, a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) informou que a definição dos investimentos compete ao governo federal e está amparada no Plano Nacional de Logística (PNL).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino

Título: Suspenso leilão de distribuidoras da Eletrobrás

A Justiça Federal no Rio de Janeiro suspendeu o leilão das seis distribuidoras da Eletrobrás, marcado para o dia 26 de julho. Em seu despacho, a juíza Maria do Carmo Freitas Ribeiro citou a liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, em 27 junho, que proibiu a privatização de empresas públicas, sociedades de economia mista, subsidiárias e controladas sem aval do Congresso. A decisão foi tomada em uma ação civil pública ajuizada pela Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel). A juíza avaliou que o pedido de urgência é pertinente devido à proximidade da licitação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia, Luísa Martins, Isadora Peron e Cláudia Schüffner | De São Paulo, Brasília e Rio

Título: Liminares voltam a barrar leilão das distribuidoras da Eletrobrás

A venda das distribuidoras da Eletrobrás sofreu novo revés ontem, novamente por decisões judiciais. A Justiça Federal de Teresina suspendeu a venda da Cepisa, distribuidora do Piauí. Além disso, uma ação movida pela associação de funcionários da Eletrobrás (Aeel) conseguiu uma liminar na Justiça do Rio de Janeiro contra o edital de privatização. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que coordena o processo de venda, não teve escolha e suspendeu o certame.

Em comunicado, o BNDES disse que os órgãos competentes estão avaliando os recursos cabíveis contra a decisão. "Tão logo haja a autorização legal para a continuidade do processo, será divulgado novo cronograma."

Segundo uma fonte ligada ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**, com a decisão judicial, o BNDES era obrigado a suspender imediatamente o edital. Se a liminar cair nos próximos dias, porém, o processo deve ser retomado.

Mesmo sem a liminar contra o BNDES, a decisão da Justiça de Teresina tirando a Cepisa do certame também precisaria ser superada, por inviabilizar a manutenção do leilão em 26 de julho, apurou o **Valor**. Sem a aprovação no Senado do Projeto de Lei (PL) 10.332, as distribuidoras Amazonas Energia e Boa Vista (Roraima) não eram consideradas negócios viáveis, e, segundo investidores ouvidos sob condição de anonimato, não haveria interessados. Como a Ceal, concessionária de Alagoas, também está fora do leilão por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), restariam apenas Eletroacre e Ceron (Rondônia) para o leilão.

A decisão que barrou o edital diz que, sem autorização legislativa para a venda das distribuidoras, o pedido de suspensão defendido pela Aeel deve ser atendido.

A liminar da Cepisa não teve relação com a decisão do STF que barrou a venda da Ceal. O juiz Márcio Braga Magalhães entendeu que houve uma fraude na ata da assembleia, que contava com a assinatura de representante da Eletrobrás sem que ele tivesse, de fato, participado da reunião. Na ação, impetrada pelo Sindicato dos Urbanitários do Estado do Piauí (Sintepi), o juiz afirmou que é impossível que Matheus Vieira Ferreira, representante da Eletrobrás, estivesse presente na assembleia, conforme diz a ata. Isso porque, segundo relação de passageiros de um voo, obtida judicialmente com a companhia aérea, ele desembarcou no Rio de Janeiro às 16h05 do mesmo dia, 55 minutos antes do início da reunião em Teresina.

De acordo com o juiz, a Cepisa, intimada a se manifestar, não refutou os fatos, limitando-se a dizer que a liminar pedida pelo sindicato buscava unicamente criar entraves ao processo de privatização. "Tais argumentos não se sustentam. Restou demonstrado vício na realização da referida assembleia", escreve Magalhães.

Em comunicado, a Eletrobrás disse que está avaliando o alcance e eventuais impactos das duas decisões sobre o processo de desestatização das distribuidoras, "e adotará todas as medidas necessárias para resguardar prosseguimento do processo de desestatização".

Sem a conclusão da privatização neste mês, a manutenção das distribuidoras sob gestão da Eletrobrás dependerá do voto dos acionistas na assembleia geral extraordinária convocada para o fim do mês, que propôs adiar o prazo final da prestação de serviço nas concessionárias para 31 de dezembro. Sem esse aval, o prazo termina em 31 de julho, e as distribuidoras serão liquidadas. A Eletrobrás calcula que a liquidação custaria cerca de R\$ 22 bilhões à companhia.

(Colaborou Daniel Rittner, de Brasília)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Igo Polito | Do Rio

Título: Governo de Alagoas está aberto a negociar com a União

utor da ação que resultou na liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a privatização da Companhia Energética de Alagoas (Ceal), o governo do Estado diz estar aberto para negociar com a União uma solução para destravar o leilão da distribuidora controlada pela Eletrobrás, previsto para 26

de julho. No centro da discussão está um montante a valor atual entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 1,7 bilhão que o governo alagoano entende ter a receber e que possibilitaria um abatimento da dívida do Estado com a União da ordem de 20%.

O impasse remonta a 1996, quando ocorreu o processo de desestatização estadual da Ceal. Na ocasião, o governo alagoano entregou as ações da distribuidora ao Tesouro Nacional. O controle acionário e administrativo, então, foi repassado à Eletrobrás.

Na época, o governo alagoano enfrentava grave crise financeira, com nove meses de atraso de pagamentos da folha salarial. Foi acordada então a transferência da Ceal para a União por um valor de R\$ 450 milhões, na época. Desse total, R\$ 250 milhões foram adiantados antes do leilão da distribuidora. O restante (R\$ 200 milhões) seria acertado após o leilão da empresa.

O problema, porém, foi que o leilão em 1998 não foi bem-sucedido. A única companhia pré-qualificada, a Cataguazes-Leopoldina (atual Energisa), desistiu de fazer oferta, devido ao cenário turbulento da economia na época, por causa das crises da Ásia e Rússia, que afetaram taxas de financiamento e inviabilizaram uma estratégia financeira para o negócio. Com isso, a Ceal permaneceu sob o controle da Eletrobrás e o pagamento, ou abatimento da dívida com a União, do restante previsto ao Estado de Alagoas no negócio não ocorreu até hoje.

Segundo o secretário de Fazenda de Alagoas, George Santoro, existe uma discussão jurídica se houve de fato uma venda, quando a distribuidora foi transferida para a União e passou a ser controlada pela Eletrobrás, o que implicaria na obrigação da quitação imediata da última parcela do negócio, que a valor de hoje seria de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 1,7 bilhão. Esse montante significaria um abatimento da ordem de 20% da dívida atual do Estado com a União, de cerca de R\$ 7 bilhões.

Santoro explicou que a ação na Justiça se tornou necessária após dois anos de negociações sem conclusão em âmbito administrativo com o ministério da Fazenda. "Não conseguimos chegar a um consenso", afirmou ele ao **Valor**.

O secretário, no entanto, disse que o governo está aberto a um acordo com a União sobre o tema. "Há uma predisposição do Estado a fazer um acordo. O Estado não tem interesse em prejudicar a privatização [da Ceal]".

Segundo Santoro, o problema com relação ao novo leilão é que a Ceal hoje vale menos do que o avaliado em 1996, o que poderia implicar em um pagamento ao Estado do Alagoas menor do que o previsto na ocasião. "Hoje [a Ceal] vale

menos do que na época [da federalização]. Tem que haver alguma solução", afirmou. Procurada, a AGU não se manifestou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raymundo Costa | De Brasília

Título: Gigantes mostram suas armas para a campanha presidencial

A campanha eleitoral deste ano será mais curta e sem financiamento empresarial, o que pode favorecer as grandes estruturas partidárias. Essa é a principal aposta de gigantes como o PSDB e o MDB, cujos candidatos, Geraldo Alckmin e Henrique Meirelles, patinam na faixa de um dígito nas pesquisas de intenção de voto ao Palácio do Planalto. Por outro lado, a fase que agora começa com a temporada das convenções é um desafio para pequenos como o Rede Sustentabilidade de Marina Silva, que têm poucos recursos financeiros, base partidária acanhada e está ameaçado de ficar invisível no horário eleitoral gratuito.

Em política, nem sempre tamanho é documento. O MDB perdeu as sete eleições diretas para a Presidência do período pós-64, apesar de ostentar a maior máquina de guerra, desde a redemocratização do país. Em 2018 não é diferente. A sigla hoje no governo é de longe a mais poderosa: cinco governadores, 20 senadores, 1046 prefeitos, 59 deputados federais, 142 deputados estaduais e 7557 vereadores espalhados por todo o país. Mas seu pré-candidato é um dos que até agora não conseguiram romper a marca do 1% nas pesquisas.

Ex-ministro, Henrique Meirelles conta com esse poderio para se mover nas pesquisas antes de 4 de agosto, data da convenção do MDB para a escolha definitiva do candidato. Meirelles está com meia candidatura andada, mas sabe que a cúpula do MDB e do governo pretende jogar até o último minuto para uma composição do chamado centro político. Por isso o ex-ministro se empenha em conquistar as bases que fazem do MDB o partido com maior capilaridade nacional. Desde que se apresentou como pré-candidato, o ex-ministro já visitou 15 Estados. Se conseguir mais três ou quatro pontos nas pesquisas, dificilmente o MDB vai tirar Meirelles da disputa.

Os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e **Moreira Franco (Minas e Energia)** gabam-se de o grupo que atualmente comanda os destinos do MDB nunca ter perdido uma convenção. O grupo em questão é chefiado pelo presidente Michel Temer, há mais de uma década e meia na presidência do MDB. Temer inicialmente pensou em se candidatar à reeleição, mas recuou diante do baixo índice de aprovação de seu governo e do cerco movido contra ele pela Polícia

Federal e a Justiça. O presidente é investigado por supostamente ter beneficiado empresas na área do Porto de Santos (SP).

Perdido na sucessão, o Palácio do Planalto também se engajou com tucanos insatisfeitos com a candidatura de Geraldo Alckmin pelo PSDB, a fim de facilitar uma composição entre as duas siglas. Temer está ressentido com Alckmin, que liberou o PSDB para votar duas vezes pela abertura de processo contra o presidente. Alckmin por seu turno não quer Temer a seu lado no palanque. Associadas, as duas legendas poderiam formar um super exército, pois os tucanos só perdem em estrutura e recursos para o MDB.

As falanges tucanas têm quatro governadores, 11 senadores, 805 prefeitos, 46 deputados federais, 97 deputados estaduais e 5360 vereadores, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sistematizados pela empresa de consultoria política Arko Advice. Sozinho, o PSDB tem 73 segundos de tempo de rádio e televisão, perde apenas para o PT, que tem 92 segundos, e o MDB com 88 segundos. Candidato à moda antiga, Alckmin joga mais fichas no horário eleitoral gratuito do que nas redes sociais para crescer e sair da incomoda situação em que se encontra nas pesquisas. Para o ex-governador de São Paulo, sem televisão ninguém teria chance em outubro.

O terceiro grande é o PT com cinco governadores, nove senadores, 255 prefeitos, 57 deputados federais, 108 deputados estaduais e 2809 vereadores. Maior derrotado na eleição municipal de 2016, com seu líder máximo preso por corrupção, o desafio do PT é manter de pé a estrutura que construiu ao longo dos últimos anos. Curiosamente, é o partido que lidera as pesquisas de intenção de voto para presidente da República, embora seja improvável que Luiz Inácio Lula da Silva, preso em Curitiba, venha a ser o candidato.

Estima-se que Lula pode transferir cerca de 12% de seus votos a outro nome do PT, mas os nomes testados nas pesquisas Datafolha estão na faixa dos dois por cento. Embora não reconheça publicamente, o grande objetivo do PT nesta eleição será eleger a maior bancada possível de deputados federais, a fim de conseguir uma boa fatia do bolo de recursos públicos e tempo de TV para se manter no jogo e chegar competitivo na eleição de 2022.

Graças à bancada que elegeu em 2014, o PT é dono do maior tempo de TV e do segundo maior volume de recursos financeiros públicos: R\$ 313,3 milhões de reais, sendo R\$ 101 milhões do fundo partidário e R\$ 212 milhões do fundo eleitoral. O MDB é o primeiro, com R\$ 317 milhões de fundos públicos, e o PSDB, o terceiro, com R\$ 217 milhões disponíveis para gastar em 2018. Dinheiro, capilaridade e tempo de TV são as armas que podem fazer a diferença a partir de agora, até porque é grande a diferença entre os gigantes e os

pequenos partidos que lideram as pesquisas para a Presidência, quando Lula é deixado de fora.

O PSL, partido do líder das pesquisas, Jair Bolsonaro, vai à guerra com 30 prefeitos, três deputados federais, 17 deputados estaduais e 876 vereadores. Em matéria de recursos, tem R\$ 15 milhões, uma fração do que dispõem PMDB, PT e PSDB. O Rede de Marina Silva tem apenas um senador, dois deputados federais, nenhum estadual e 178 prefeitos. Ciro Gomes, pré-candidato do PDT, terceiro nas pesquisas, está em situação bem melhor: dois governadores, três senadores, 330 prefeitos, 21 deputados federais, 60 deputados estaduais e 3764 vereadores. É também quem conta mais dinheiro - R\$ 88 milhões contra R\$ 15 milhões do Rede de Marina.

Frente a MDB, PT e PSDB, os partidos dos líderes das pesquisas podem ser chamado de nanicos. O tempo de TV de cada um deles é quase nada: O PDT de Ciro tem 28 segundos, o PSL de Bolsonaro três segundos e o Rede de Marina, dois segundos. Daí as articulações frenéticas em torno de alianças partidárias, tanto entre os grandes, para ampliar a diferença de forças, como dos pequenos, para tentar diminuí-la. Desde 1989 apenas uma vez um partido pequeno venceu, o PRN de Fernando Collor. As seis eleições subsequentes foram vencidas por PT ou PSDB. As prévias eleitorais, por enquanto, sugerem que a sequência dos gigantes pode uma vez mais ser quebrada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Marina Grossi

Título: Precificação de carbono, a oportunidade à porta

Considerada como um tema etéreo demais por quem não está envolvido nos debates a seu respeito, a precificação de carbono está no centro de uma série de mudanças em curso no meio empresarial que devem se intensificar nos próximos anos. Apesar de ainda não existir um mecanismo global de precificação de carbono, formas de valoração vêm sendo testada no mundo todo, diante da certeza de que estamos caminhando inexoravelmente para uma economia de baixo carbono. O movimento que começou em 2005 com poucos países envolvidos no tema, ganhou consistência após o Acordo de Paris em 2015, e já é realidade em 45 jurisdições nacionais e 25 subnacionais, cobrindo 25% da emissão mundial e hoje se espalha pelas redes sociais - #putapriceoncarbon.

No mundo todo, cerca de 1500 empresas já vêm adotando um mecanismo de precificação interna, que é um preparo sobre como atuar no mercado global quando ele chegar e quanto ele vai custar para cada uma delas. A precificação

voluntária permite também que recursos sejam alocados para tecnologia de baixo carbono, estimulando investimento em pesquisa e desenvolvimento. Além disso, a precificação possibilita que as companhias possam aprimorar processos de gestão de riscos financeiros relacionados às mudanças de clima, ajudando a identificar riscos e oportunidades de geração de receitas. O valor anual dessas emissões tributadas ou negociadas nos mercados regulados de carbono aumentou 6% em 2017, atingindo US\$ 52 bilhões, frente a US\$ 49 bilhões no ano anterior. A expectativa do relatório de tendências do Banco Mundial, é de que esse volume chegue a mais de US\$ 700 bilhões.

Dessas empresas que estão se preparando e já precificam internamente o carbono, cerca de 50 estão no Brasil. Mesmo em pequeno número, o país vem tendo o melhor desempenho da indústria no preparo para este mercado entre os integrantes dos Brics, e é o que lidera hoje as expectativas globais para esse mercado, seja por ser detentor do petróleo pré-sal de um lado, seja por ter extensas florestas geradoras de crédito, de outro lado.

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) está fortemente empenhado nesse tema. No dia 19 de junho, juntamente com o Instituto Clima e Sociedade (iCS) e com o Carbon Pricing Leadership Coalition (CPLC), do Banco Mundial, realizamos um intenso debate sobre o assunto entre lideranças internacionais, executivos de grandes empresas brasileiras e especialistas do setor. Em 2017, a Iniciativa Empresarial em Clima, que conta com participação do CEBDS, lançou a carta aberta "Setor Privado Apoia a Precificação de Carbono no Brasil", que defende o estabelecimento de um mecanismo de precificação adequado às características da economia e ao perfil de emissões de GEE do país. Vinte e seis empresas assinaram, se comprometeram e estão levando adiante seus preparativos para entrar nesse mercado. Mas há um caminho a ser percorrido até que essa realidade se torne viável e ele depende do Governo Federal: é preciso implementar e regulamentar esse mercado no Brasil.

Ter em seu portfólio o investimento em energia renovável traz um equilíbrio para as contas da empresa

Em manchete neste jornal no mês de maio, vimos que novos investimentos na chamada economia verde, com destaque para energias renováveis têm potencial de impulsionar 24 milhões de novos postos de trabalho até 2030, segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), "Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo 2018". O estudo mapeou o potencial de geração de empregos no âmbito do Acordo de Paris e é taxativo: "a ação para limitar o aquecimento global a dois graus Celsius resultará numa criação de empregos muito maior do que o necessário para compensar as perdas de seis milhões de postos de trabalho em outros setores".

Já estamos vendo essa revolução prática acontecer entre as empresas petroleiras. Vislumbrando o consenso de que a emissão do carbono vai ter um custo cada vez maior nas próximas décadas, essas companhias estão se transformando, diversificando portfólio e até mudando de nome para abarcar um espectro mais amplo da cadeia de energia, incluindo renováveis em seu negócio. Plantas de energia solar e eólica já estão entre as aquisições das petroleiras na Europa. Entre nossas associadas, temos o exemplo da Shell, que detém 50% da Raizen, maior investimento da empresa no mundo em energia renovável.

Não é porque é simpático ao público, ou apenas porque estão preocupadas com o meio ambiente que essas empresas estão se movimentando, mas porque a precificação é um poderoso instrumento para dar agilidade e flexibilidade para que as metas do Acordo de Paris sejam cumpridas. Ter em seu portfólio o investimento em energia renovável, funciona como um hedge, traz um equilíbrio para as contas da empresa que tem em seu core business atividades que serão precificadas. E as petroleiras estão fortemente nesse foco.

Há formas de valorar o carbono: tributos ou a criação do mercado, ou uma combinação dos dois. A primeira pode ser mais simples, mas a segunda garante a transparência necessária para fazer com que os recursos arrecadados com a precificação do carbono migrem diretamente para a energia renovável, de forma que a velha economia financie a nova, numa espécie de transição entre o ontem e o amanhã. E saber com que velocidade queremos chegar neste amanhã depende de decisões a serem tomadas agora.

Marina Grossi é presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e integrante do Comitê de Direção do Carbon Price Leadership Coalition (CPLC)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Ivo Ribeiro | Do Rio

Título: Ivan Monteiro busca equilíbrio entre papel social e econômico da Petrobras

Há pouco mais de um mês no cargo de presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, ex-diretor financeiro da estatal, assumiu o comando com a missão de pisar no acelerador e entregar ao mercado, ainda neste ano, os compromissos de venda de ativos e redução de dívidas. Ao mesmo tempo, o executivo tem pela frente um debate caloroso em torno da política de preços dos combustíveis, que após um ano de reajustes diários serviu de pano de fundo para a greve dos caminhoneiros, em maio, e levou à saída o então presidente, Pedro Parente.

Monteiro afirma que a empresa reconhece o impacto que tem sobre a sociedade e que está aberta ao debate, mas alerta: a artificialidade dos preços é incompatível com a missão da empresa de desenvolver o pré-sal. "A Petrobras tem um impacto muito grande para a economia como um todo e tem de estar aberta a ouvir a sociedade. Mas não vamos abrir mão de ter uma política comercial realista", disse. A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao **Valor** na sede da empresa.

Valor: *Como fica a discussão sobre a política de preços?*

Ivan Monteiro: Há que se considerar a influência que temos na sociedade e na vida das pessoas. A greve dos caminhoneiros demonstrou isso. Acreditamos nessa iniciativa da ANP [Agência Nacional de Petróleo de abrir uma tomada pública para debater a periodicidade dos reajustes]. A Petrobras detém uma participação na produção no refino dominante, porém ela compete [com importadores]. Vamos aguardar o resultado e a publicação da resolução para também contribuir com o debate. Desde o início foi dito que não há interferência na política comercial e isso é fundamental, para não retroagirmos.

Valor: *Você tende mais a considerar a Petrobras como uma companhia aberta, que não pode ter interferência do controlador, ou como uma estatal que leva em conta o impacto sobre o consumidor?*

Monteiro: Não podemos retornar ao que aconteceu no passado, quando se controlou artificialmente o preço. O resultado disso foi um desastre para a Petrobras. A pior coisa que pode acontecer para a companhia, independentemente de ela ser aberta ou fechada, é ser uma empresa que dá prejuízo, quando ela não se mostra viável economicamente. Ao praticar preços artificiais, não necessariamente se gera o benefício que se espera... Sob vários aspectos há um conflito: [a artificialidade] leva a companhia a ter um resultado muito pior, que fará com que seu custo financeiro seja muito maior e que fará com que a rentabilidade seja menor... O desafio da indústria hoje é se tornar competitiva num preço de Brent mais baixo. E tornar-se competitivo é totalmente contrário a se impor uma política de preços artificialmente baixa. Isso vai contra tudo aquilo que queremos fazer, que é desenvolver o pré-sal.

Valor: *Mas a política de preços não gerou um conflito na outra ponta, cujo resultado foi a greve de caminhoneiros?*

Monteiro: Não acho que o resultado dessa política, em si, gerou a greve dos caminhoneiros. Havia vários outros elementos. Construímos um plano [de negócios] que tem como um dos mais importantes pilares a capacidade que a companhia tem de gerir sua política comercial... Produzimos o óleo, refinamos e vendemos para consumidores. A Petrobras tem de estar atenta ao resultado de

sua atividade junto ao público final? Minha resposta é sim. Tem impacto e influência muito grande para a economia como um todo e tem de estar aberta a ouvir a sociedade. Mas não vamos abrir mão de ter uma política comercial realista.

Valor: *Sugere um meio-termo?*

Monteiro: Preservada essa liberdade de se ter uma política comercial, preservada a saúde financeira da companhia e preservado o fato de que não teremos condições diferentes ou piores do que a concorrência, sim, a Petrobras se insere na discussão liderada pela ANP e apoia.

Valor: *A Petrobras pode vir a fazer uma média móvel ou reduzir a periodicidade dos reajustes?*

Monteiro: Ainda estamos aguardando o resultado da consulta, mas temos um exemplo que é o caso do GLP. Por iniciativa própria, aplicamos uma metodologia [de reajustes trimestrais, com base numa média móvel de preços no mercado internacional] que suavizou bastante isso [a volatilidade dos preços]. Em 2018, por exemplo, o GLP está caindo 5,4% no acumulado do ano. Esse é um bom mecanismo.

Valor: *É um caminho?*

Monteiro: Vamos aguardar a discussão [da consulta da ANP].

Valor: *Qual foi a contribuição da Petrobras na tomada pública?*

Monteiro: No Chile, quando o cobre está com o preço muito alto eles utilizam uma espécie de fundo de estabilização e quando está mais baixa [a cotação] eles utilizam os recursos desse fundo para que a atividade econômica como um todo tenha uma certa estabilidade. Existem outros mecanismos no mundo que tratam disso via tributos, com uma alíquota um pouco mais alta quando os preços estão mais baixos e com uma alíquota mais baixa quando os preços estão mais altos. Isso amortece os efeitos que incomodam, no final, o consumidor. Apoiamos muito esse tipo de mecanismo.

Valor: *Em que pé está a negociação do contrato da cessão onerosa?*

Monteiro: É uma negociação bastante complexa, um contrato que gera várias interpretações... Tivemos várias reuniões. Apesar de toda a evolução, chegou-se ainda a uma diferença entre a visão do governo e da Petrobras. Essa agenda que está no Congresso [o projeto de lei que autoriza a União a pagar a Petrobras em barris e permite que a empresa venda até 70% de sua participação nas áreas contratadas sob o regime da cessão onerosa] ajuda a facilitar uma negociação

final... Já chegamos a um consenso sobre algumas cláusulas, mas sempre ficam aquelas mais importantes para o final. É natural isso. A lei [em tramitação no Senado] vai facilitar muito a redução dessas divergências em busca de um entendimento.

Valor: *Há uma data final para se fechar esse acordo?*

Monteiro: Não. O ideal é que chegássemos a um entendimento o quanto antes para poder viabilizar esse leilão este ano.

Valor: *Você ainda acredita na viabilidade desse leilão este ano?*

Monteiro: Não controlamos a agenda do Congresso, mas trabalhamos com esse objetivo.

Poderíamos ficar hoje entre dois anos e meio e três anos sem tomar uma única dívida nova, dada a nossa posição de caixa

Valor: *Com o revés recente no STF, que levou à suspensão da venda das refinarias e da TAG, a meta de desalavancagem está mantida?*

Monteiro: A meta permanece. Dificuldade aqui [na Petrobras] é parte do nosso dia a dia. Estamos acostumados com isso. Sou sempre otimista, se não eu não teria aceito assumir a diretoria [financeira] da companhia [em 2015] e agora a presidência.

Valor: *E para onde caminhará a desalavancagem nos próximos anos?*

Monteiro: Num primeiro momento [o objetivo é alcançar a relação dívida líquida/Ebitda] de 2,5 vezes em 2018. [No novo plano de negócios] você vai ver claramente um movimento de se buscar uma outra meta.

Valor: *A alta dos preços do barril deixou a situação da empresa mais confortável?*

Monteiro: A situação financeira melhorou bastante. Ela ainda preocupa, porque a dívida é muito alta, mas houve uma alteração importante no perfil de vencimento dessa dívida... O que foi feito até agora e vai continuar é [a busca por] uma redução gradativa, mas consistente dessa dívida... E o programa de desinvestimentos é fundamental, porque é ele que dá a dinâmica da redução [da dívida]. Quanto mais sucesso tivermos, mais rápido a dívida cai e melhora o custo financeiro.

Valor: *O quanto a situação do perfil de vencimento melhorou?*

Monteiro: Poderíamos ficar hoje entre dois anos e meio e três anos sem tomar uma única dívida nova, dada a nossa posição de caixa, fazendo o pagamento de principal e de juros.

Valor: *A meta de desinvestimentos de US\$ 21 bilhões entre 2017-2018 não ficou comprometida?*

Monteiro: Temos um conjunto muito grande de processos sendo tocados ao mesmo tempo. Esse [a venda da TAG, suspensão] era o maior processo sem dúvida, então aumenta o desafio da equipe. Por outro lado o preço do petróleo hoje está bem superior àquele que todos imaginávamos. Isso traz um impacto positivo para outros processos que estamos conduzindo nesse momento. Há também outra discussão sobre qual vai ser nosso posicionamento na negociação que está acontecendo entre a Odebrecht e a LyondellBasel para venda da Braskem, que era um dos ativos que compunha esse valor [da meta de desinvestimentos]. Temos um portfólio bastante superior [a US\$ 21 bilhões] para atingir a meta. Tudo isso [a gestão de portfólio] se incorpora à Petrobras de forma definitiva. Gerir portfólio é para o resto da vida.

Valor: *O que esperar do novo plano de negócios?*

Monteiro: Não vamos mudar dramaticamente, não vamos parar de produzir petróleo. Evidente que você incorporara todo o evento de digitalização, a chegada de novas tecnologias, o impacto que isso vai ter, quando essa demanda [por petróleo] atinge o pico. É sempre uma discussão importante, para que possamos calibrar todos os investimentos.

Valor: *E a produção, hoje estagnada, vai subir?*

Monteiro: Nós estimamos um aumento da produção dada a entrada dos novos sistemas do pré-sal em 2018 e 2019... Vão entrar agora [este ano] sete sistemas de produção. Provavelmente a Petrobras vai ser uma das poucas companhias no mundo que vai crescer sua produção sem precisar fazer aquisição. Agora, é frustrante que no passado tenha se tomado decisões de investimentos que drenaram recursos, sem retorno, muito pelo contrário, com prejuízo. As refinarias de Pasadena, Okinawa, biocombustíveis, teve a Rnest, o Comperj, o controle artificial de preços... Tudo isso teve uma consequência dramática. [A produção] poderia ser maior se tivéssemos pagando menos juros.

Valor: *Podemos esperar um aumento de investimento nos próximos anos?*

Monteiro: O investimento depende sempre da qualidade dos projetos. Ninguém se nega e se negará a financiar a Petrobras com retornos corretos se os projetos forem rentáveis. E temos aqui uma carteira de projetos muito bacana, do pré-sal... Acho que os níveis de investimentos que temos hoje, ao

redor de US\$ 15 bilhões a US\$ 16 bilhões por ano, são adequados para a nossa atual situação financeira.

Valor: *Das ações oriundas da Lava-Jato, há muita coisa pendente?*

Monteiro: O mais importante foi a 'class action' [cujo acordo já foi homologado]. Esse era o principal. Existem iniciativas no Brasil. Tem um arbitragem na B3, uma iniciativa que a gente acha meio oportunista na Holanda. Mas a mais importante foi solucionada e a gente ainda discute com o DoJ [Departamento de Justiça] e a SEC nos Estados Unidos.

Valor: *E vocês já começaram a receber dinheiro de volta?*

Monteiro: Recebemos R\$ 1,5 bilhão por força dos acordos feitos [de leniência na Lava-Jato].

Valor: *A derrota trabalhista no TST que poderá fazer a empresa desembolsar R\$ 17 bilhões colocou os passivos da empresa em destaque. O que já está provisionado?*

Monteiro: Tudo o que deve estar provisionado, está provisionado... Chamou muito a nossa atenção no início o tamanho desses passivos. A companhia se pintava para a guerra. Eram questões tributárias de valores muito elevados... [um passivo trabalhista de R\$ 17 bilhões] É inimaginável. Isso é muito ruim porque gera insegurança.

Valor: *Vocês vão manter a política de pagamento de dividendos trimestral?*

Monteiro: Quando você toma a decisão de fazer o adiantamento do juros sobre o capital próprio, você toma a decisão olhando a sua realidade naquele momento, evidentemente com prudência, porque você está projetando o resultado do ano. Vamos continuar a fazer isso, olhando todas as novas variáveis [suspensão de alguns desinvestimentos, derrota no TST, programa de subvenção do diesel]. Se a realidade demonstrar que devemos continuar, vamos continuar. Mas essa avaliação não foi feita ainda. Vai ser feita quando da divulgação do balanço do 2º trimestre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Mudanças na Eletropaulo

O presidente da Enel Brasil, Carlo Zorzoli, vai assumir a presidência da Eletropaulo no lugar de Charles Lenzi. A mudança foi anunciada na noite de ontem, após aprovação do conselho de administração da Eletropaulo. O grupo italiano adquiriu a distribuidora paulista de energia no mês passado. Para o cargo de vice-presidente da Eletropaulo foi eleito Carlos Ewandro Naegele Moreira. O conselho também aprovou a substituição de Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira da posição de vice-presidente jurídico por Déborah Meirelles Rosa Brasil, que também será responsável pela auditoria e compliance da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Sindicatos planejam greve na Eletrobrás na terça-feira

Os sindicatos dos trabalhadores do grupo Eletrobrás pretendem realizar uma paralisação de 24 horas de duração na próxima terça-feira. O protesto vai pedir a saída imediata do presidente da holding, Wilson Ferreira Pinto, e pressionar contra os planos de privatização das seis distribuidoras e da própria holding elétrica.

"Será um dia nacional de mobilização dos funcionários da Eletrobrás. Cada base fará o que for possível. Faremos assembleia para decidir que medidas serão tomadas", disse Emanuel Torres, diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia Elétrica e Região do Rio de Janeiro (Sintergia-RJ).

De acordo com ele, hoje serão realizadas assembleias entre os funcionários da holding Eletrobrás e de Furnas, para deliberar o ato que será realizado na terça-feira. Se não for aprovada uma paralisação, a categoria poderá fazer pelo menos uma manifestação em frente ao escritório da Eletrobrás, no Centro do Rio.

Em Brasília, o sindicato dos eletricitários da base da Eletronorte aprovou ontem, em assembleia, uma paralisação na próxima terça-feira. Os sindicatos ligados às distribuidoras da estatal também planejam paralisação no dia 26, para quando está previsto o leilão das empresas, na bolsa B3.

Segundo Fabiola Antezana, dirigente do Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal (STIU-DF), a assessoria jurídica da entidade está analisando relatório da Controladoria Geral da União (CGU) que concluiu que os empregados da estatal terão que devolver R\$ 75 milhões recebidos indevidamente como participação em lucros e resultados (PLR) durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff. A notícia foi publicada pelo **Valor** na quarta-feira.

Em nota, Fabiola disse que a PLR paga aos funcionários em 2012 e 2013 foi distribuída seguindo todas as diretrizes do termo de pactuação que trata do tema e assinado com mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha e Stella Fontes | De São Paulo

Título: Disputa EUA-China cria incerteza para metais

Após uma quarta-feira de fortes desvalorizações devido às medidas adotadas pelo governo Donald Trump contra uma série de produtos chineses, os metais apresentaram ontem sinais de retomada no mercado chinês. A leitura dos analistas é que os efeitos nas commodities minerais dependerão dos próximos passos dados pelos representantes de ambos os países.

Para as mineradoras, a recomendação ainda é de compra para as ações, mas os riscos estão "claramente" crescendo, apontou análise do UBS.

Na bolsa de Xangai, os contratos futuros do cobre para setembro subiram 0,64% ontem, a 48.800 yuans (US\$ 7.327,33) a tonelada. Na quarta, o metal atingiu seu menor patamar em 12 meses, na bolsa de Londres. O cobre é componente importante de parte da lista de US\$ 200 bilhões em produtos chineses sujeitos a tarifas adicionais de importação de 10%.

O níquel para o mesmo mês também registrou alta, de 1,38%, a 113.480 yuans a tonelada. O zinco, que também chegou a se aproximar do menor patamar em um ano, subiu 0,67%, a 20.925 yuans a tonelada.

Para o aço, o avanço foi de 2,13% nos contratos para outubro da bobina quente, a 4.023 yuans a tonelada. O vergalhão subiu 2,74%, para 3.976 yuans a tonelada.

Na bolsa de Dalian, os contratos para setembro do minério de ferro subiram 2,08%, a 466 yuans a tonelada. A alta surtiu efeito inclusive no mercado à vista, com a commodity negociada no porto chinês de Qingdao subindo de 1,14%, a US\$ 64,06 a tonelada, segundo informações da "Metal Bulletin" para o minério com teor de 62%.

Em relatório sobre os impactos da guerra comercial, o UBS destacou que as commodities ficarão sob pressão diante dos receios quanto ao ritmo de crescimento da economia global. A imposição de tarifas resulta na elevação dos custos do comércio e redução dos volumes negociados, da produção industrial e

da demanda por commodities, com consequente pressão sobre preços desses insumos.

"Mas os detalhes importam", observam em relatório a equipe de analistas liderada por Glyn Lawcock e Lachlan Shaw. O impacto direto é negativo, mas pequeno, já que as commodities minerais compõem um amplo pacote de produtos tarifados. Há efeitos secundários, porém, com a redução da demanda por commodities para transformação e infraestrutura.

Na avaliação do UBS, o próximo catalisador desse mercado está na resposta da China. Um potencial afrouxamento da política monetária pode disponibilizar o crédito a projetos de infraestrutura financiados pelo governo local, com o intuito de estimular a demanda interna e compensar parcialmente as menores exportações.

Os metais básicos têm sido os mais pressionados, diante da maior exposição ao comércio global, enquanto as commodities a granel mostram maior resistência, em um momento de equilíbrio entre oferta e demanda.

O banco espera que os produtos permaneçam sob pressão enquanto os investidores reavaliam os desdobramentos da guerra comercial, com as grandes mineradoras, e mais diversificadas e com mais liquidez, como BHP e Rio Tinto, sentindo maior pressão de venda.

Já o banco Julius Baer ressaltou que não vê impacto da ação do governo americano no consumo das commodities. A leitura da instituição é de que as tarifas podem levar a uma inflação maior no mercado americano.

"Os consumidores americanos comprarão menos máquinas de lavar ou geladeiras como resultado? Nós não pensamos assim. Ou eles mudarão para um produto produzido no mercado doméstico ou ficarão com o chinês. De qualquer forma, eles vão pagar mais", afirmou o analista de commodities Carsten Menke em comentário do Julius Baer. O mesmo deve acontecer aos alvos da retaliação chinesa no mercado local.

De qualquer forma, a visão é de que a queda dos últimos dias coloca os preços dos metais em patamares mais realistas, após uma forte valorização nos últimos meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Chinesa Sanxing assume a Nansen

Tradicional fabricante nacional de medidores de energia elétrica, a Nansen, de Minas Gerais, anunciou ontem a venda de 100% de seu controle para o grupo chinês Sanxing Electric. O valor do negócio não foi divulgado.

A Sanxing já havia adquirido, em 2015, 51% da companhia. Agora, com a aquisição total, pretende ampliar a gama de produtos vendidos no Brasil para disputar mercado com multinacionais como Siemens, a suíça Landis+gyr e americana Honeywell.

Os 49% restantes estavam nas mãos da família do fundador Nansen Araújo. "Nós enxergamos um aumento muito grande de redes inteligentes no país e esse é um dos grandes focos da aquisição", afirmou Alexandre Suprizzi, principal executivo da Nansen.

As redes inteligentes no setor elétrico já são realidade no exterior e é uma tecnologia que permite, entre outras mudanças, que as distribuidoras de energia façam a leitura do consumo do cliente à distância, dispensando o trabalho manual. Outra vantagem é a possibilidade de reparos remotos em casos de interrupção de energia.

"Outro foco da aquisição é trazer para o Brasil um novo 'player' para o negócio de equipamentos de distribuição, como painéis de média tensão e transformadores", disse Suprizzi. São equipamentos empregados principalmente em subestações de energia e que hoje são fornecidos por Siemens, Schneider e WEG, entre outras.

A Sanxing integra o grupo AUX, uma das 500 maiores empresas chinesas. O grupo tem negócios nas áreas de sistemas de distribuição de energia, eletroeletrônicos residenciais, serviços médicos, investimentos imobiliários e serviços financeiros. Sua atuação se estende por mais de cem países e em 2017 faturou US\$ 10 bilhões.

A compra da Nansen representa uma porta de entrada para Sanxing para a América Latina, disse Suprizzi. Desde 2015 o grupo investiu R\$ 30 milhões na empresa de Minas, cuja fábrica que fica na cidade de Contagem.

Os investimentos permitiram o aumento da capacidade de produção e a melhoria de qualidade segundo o executivo, que está no posto desde o ano passado. A fábrica tem hoje a capacidade de produzir cinco milhões de medidores por ano e produz dois milhões e meio. Tem 280 funcionários e receita prevista de R\$ 115 milhões este ano. Cerca de 85% da receita advém do mercado interno e o restante de exportações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Usinas de cana empregam menos, porém pagam mais**

O setor sucroalcooleiro empregava em 2016 menos trabalhadores do que empregava antes do "boom" do etanol na primeira década deste século, mas os salários estão quase 50% maiores. Essa transformação, resultado de mudanças regulatórias, tecnológicas e de mercado que ocorreram nesse período, foi identificada por estudo do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP.

Na avaliação do pesquisador da equipe de macroeconomia do Cepea, Leandro Gílio, a tendência verificada no estudo foi mantida em 2017. Segundo ele, que é um dos autores do estudo, a reforma trabalhista ainda não teve impactos significativos sobre o setor sucroalcooleiro no ano passado. "Talvez ano que vem tenha", disse.

Conforme o estudo, há dois anos, o setor empregava formalmente 749,9 mil trabalhadores no país. Esse foi o menor número de empregos formais desde 2004, quando as usinas empregaram 900,8 mil pessoas. Em 2002, o número de trabalhadores registrados foi um pouco menor, de 764,6 mil.

No período de 2000 a 2016 considerado no levantamento, houve uma primeira etapa de expansão das contratações, que atingiu o ápice em 2008, e posteriormente um período de retração. No primeiro período, o número de empregos formais quase dobrou, saindo de 642,8 mil em 2000 para 1,3 milhão oito anos depois.

A situação mudou em 2008, quando dois fatores contribuíram para a reviravolta, segundo o Cepea. O primeiro foi a mudança decorrente da assinatura do protocolo agroambiental pela União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica) e pelo governo paulista que antecipou a eliminação da queima da palha no Estado, o que seria realizado através da mecanização da colheita da cana. Isso desencadeou um processo de substituição dos trabalhadores que faziam o corte manual da cana por máquinas colhedoras.

O segundo fator foi a crise econômica internacional que eclodiu naquele ano, atingindo diversos setores da economia. A situação, diz o estudo, foi agravada pela crise vivida pelas usinas a partir de 2010 com o controle dos preços da gasolina pelo governo, o que resultou no fechamento de unidades.

Como consequência, de 2008 para 2016, o número de trabalhadores na área agrícola caiu 46%, para 555,9 mil. Até 2012, a redução dos empregos ficou concentrada no campo, poupando os empregos nas áreas industrial e administrativa, o que evidencia os impactos da mecanização.

Já a partir de 2012, com a crise do setor sucroalcooleiro, houve também redução nos empregos formais na indústria e na área administrativa. Dessa forma, nesse período de 2008 a 2016, o número de trabalhadores formais contratados pelas usinas recuou 38%.

Em contraposição, a "qualidade" dos empregos melhorou nesses 16 anos, segundo o Cepea. De 2000 a 2016, o salário médio dos trabalhadores das usinas cresceu 46,9%, já descontando a variação do IPCA com base em outubro de 2017. Em 2016, o salário médio real era de R\$ 2.839, ante R\$ 1.932 em 2000.

Não houve redução da média salarial em nenhum ano, mas a valorização passou a ser mais pronunciada a partir de 2006, início do movimento de mecanização, mostra o estudo do Cepea. **(Colaborou Luiz Henrique Mendes, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Silvia Rosa | De São Paulo

Título: Cemig capta US\$ 500 milhões com reabertura de bônus

A Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) captou ontem US\$ 500 milhões com a reabertura do bônus emitido no exterior com vencimento em 2024. A operação saiu com rating "B" pela Fitch e com um "yield" (taxa de retorno) de 9,14% ao ano.

Os papéis foram emitidos originalmente em dezembro passado, em uma oferta de US\$ 1 bilhão, e pagam um cupom de 9,25% ao ano. Na operação anterior, o yield tinha ficado em 9,50%. A nova oferta contou com uma demanda de US\$ 1 bilhão.

A empresa informou que os recursos captados serão destinados para o pagamento de dívidas com vencimento nos próximos meses e o custo final da captação, após proteção cambial, deverá ser inferior ao custo médio das dívidas que serão liquidadas.

Essa foi a primeira operação de uma empresa brasileira no mercado de bônus no segundo semestre. A última emissão tinha sido da Unigel, de US\$ 200 milhões, em maio.

Segundo a Fitch, o grupo Cemig tinha em março R\$ 3,2 bilhões de obrigações financeiras de curto prazo, sendo R\$ 2,3 bilhões em debêntures, R\$ 330 milhões de dívida bancária e outras e R\$ 600 milhões da parcela remanescente da opção de venda relacionada às ações da Light. O grupo já pagou R\$ 800 milhões em debêntures em fevereiro.

MME / ASCOM .